

**A PERCEÇÃO DA AUTENTICIDADE EM POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO
DIGITAL:**
UMA ANÁLISE COM BASE NAS DIRETRIZES DO CONARQ E ARQUIVO NACIONAL

**THE PERCEPTION OF AUTHENTICITY IN DIGITAL PRESERVATION
POLICIES:**
AN ANALYSIS BASED ON CONARQ AND NATIONAL ARCHIVE GUIDELINES

Camila de Andrade Ventura¹
Camila Schwinden Lehmkuhl²

RESUMO

Com o aumento da produção de documentos nato digitais e fundamentado na concepção arquivística de que a autenticidade do documento é avaliada estabelecendo sua identidade e comprovando sua integridade, a proteção da autenticidade de documentos nato digitais é fundamental. Nesse sentido, se faz necessário o estabelecimento de diretrizes que determinem a responsabilidade e os meios de garantia dessa autenticidade, além de formas para preservação digital desses documentos em longo prazo. Essas regras serão estabelecidas a partir da Política de Preservação Digital. Esta pesquisa tem uma abordagem quali-quantitativa utilizando para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, e a análise documental. O objetivo geral é analisar políticas de preservação voltadas aos documentos nato digitais no que se refere à autenticidade e às diretrizes estabelecidas pelo Conarq e Arquivo Nacional. Enquanto os objetivos específicos são: a) identificar as publicações voltadas às políticas de preservação digital que tenham como base a autenticidade de documentos digitais; b) analisar normativas voltadas à elaboração de políticas de preservação digital no Brasil; c) desenvolver um estudo comparativo entre as políticas de preservação identificadas, tendo por base a autenticidade dos documentos nato digitais e as diretrizes do Conarq e Arquivo Nacional. O estudo conclui que são nas políticas de preservação digital que estarão presentes as estratégias para assegurar a preservação e a autenticidade dos documentos digitais, fundamentais ao acesso à informação.

Palavras-chave: Políticas Arquivísticas; Políticas de Preservação Digital; Autenticidade de Documentos Digitais.

ABSTRACT

With the rise in the production of digital born and design-based documents based on the archival concept that the authenticity of the document is evaluated by establishing its identity and proving its integrity, the protection of the authenticity of digital documents is fundamental. In this sense, guidelines that determine the responsibility and the means of authentication are necessary, in addition to ways to digitally preserve these documents in the long term. These rules are established from the Digital Preservation Policy. This research has a qualitative-quantitative approach whose general objective is to analyze preservation policies oriented to digital born documents with regard to authenticity from the authenticity and the guidelines established by Conarq and the National Archives. While the specific objectives are: a) to identify publications aimed at digital preservation policies that are based on the authenticity of digital documents; b) analyze regulations aimed at the elaboration of digital preservation policies in Brazil; c) develop a comparative study between the identified

¹ Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Email: camilaventura.doc@gmail.com.

² Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Email: camila.lehmkuhl@ufsc.br.

preservation policies, based on the authenticity of natural digital documents and the guidelines of Conarq and the National Archives. This study concludes that the strategies to ensure the preservation and authenticity of digital documents lays on the digital preservation policies. The study concludes that digital preservation policies will contain strategies to ensure the preservation and authenticity of digital documents, fundamental to access to information.

Keywords: Archival Policies; Digital Preservation Policies; Authenticity of Digital Documents.

1 INTRODUÇÃO

Arquivos, centros de documentação, museus e bibliotecas precisam de profissionais dinâmicos que estejam em busca de constantes atualizações, melhores métodos e técnicas para armazenar, preservar e divulgar informações, inovando seus campos de atuação. Esse profissional terá o dever de “atender”, ajudar e fornecer subsídios não só para sua sociedade, como para todos que os procurarem. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

O processo tratamento, armazenamento, difusão, recuperação, preservação, acesso e os sistemas de documentação arquivística, tornam a Arquivologia uma área de grande abrangência. Frente a essa realidade, muitos pesquisadores têm se dedicado a um estudo mais aprofundado do corpus teórico e prática da área, gerando produção científica e documental, que vem contribuindo para o desenvolvimento da Arquivologia.

O documento arquivístico se apresenta em diversos formatos e ter por finalidade o registro de informações em um suporte, que garanta forma fixa e conteúdo estável; assim como sua relação com os fatos que o geraram e sua capacidade de preservar e estender no tempo a memória, e que sejam vistos como dignos de confiança e preservados de acordo com procedimentos administrativos estabelecidos. (MANFRÉ; SANTOS, 2017).

Para cada uma destas características as autoras enfatizam: a Imparcialidade como uma característica dos documentos, não de seus criadores, que são naturalmente parciais no que diz respeito a seus próprios interesses; e a Autenticidade, que se refere ao controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico, ou seja, ocorre em relação à apresentação, que deve ter a mesma forma que tinha quando o documento foi armazenado mantendo de forma documental fixa o conteúdo estável e relação orgânica dos documentos. (MANFRÉ; SANTOS, 2017).

Na perspectiva dos documentos digitais, cada mais correntes no cotidiano de instituições e pessoas, uma preocupação latente está relacionada à presunção de autenticidade e preservação em longo prazo. Isso ocorre devido os documentos digitais poderem ser facilmente duplicados, distribuídos, renomeados, reformatados ou convertidos, além de poderem ser alterados e falsificados com facilidade, sem deixar rastros aparentes.

Com as inovações tecnológicas e produção de documentos arquivísticos nato digitais é imperativo mudar e estender os conceitos, as práticas e as tendências voltadas à gestão eletrônica de documentos, principalmente no que concerne a padrões e normas arquivísticas focadas na normalização para a preservação e acesso dos documentos arquivísticos nato digitais.

Nesse sentido, a autenticidade do documento arquivístico eletrônico, não pode ser assegurada somente por processos de auto-autenticação da reprodução de um suporte para outro e de conservação de uma tecnologia para outra, as estratégias de preservação digital precisam fazer parte de uma estratégia institucionalizada, uma política de preservação digital.

A política de preservação digital, de acordo com Grácio (2020) visa garantir a autenticidade dos documentos de arquivo em espaços de gestão e preservação, sendo fundamental para garantir a confiabilidade e o acesso aos documentos

A preservação digital, segundo Ferreira (2006, p.20) “consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro”. Dessa forma, compreende “mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de dados digitais que garantam a perenidade dos seus conteúdos”. (ARELLANO, 2004, p.17).

Nesse sentido, é fundamental elencar algumas indagações a respeito do tema: As políticas de preservação digital estão sendo desenvolvidas de acordo com as diretrizes arquivísticas sob a perspectiva da autenticidade?

O objetivo desta pesquisa é analisar políticas de preservação voltadas aos documentos nato digitais no que se refere à autenticidade e às diretrizes estabelecidas pelo Conarq e Arquivo Nacional. Enquanto os objetivos específicos são: a) identificar as publicações voltadas às políticas de preservação digital que tenham como base a autenticidade de documentos digitais; b) analisar normativas voltadas à elaboração de políticas de preservação digital no Brasil; c) desenvolver um estudo comparativo entre as políticas de preservação identificadas, tendo por base a autenticidade dos documentos nato digitais e as diretrizes do Conarq e Arquivo Nacional.

Como metodologia para responder aos objetivos propostos, foi adotada pesquisa bibliográfica, análise documental e análise comparativa.

Com base nos dados levantados, fica claro que desenvolver políticas voltadas à preservação e à autenticidade da informação é essencial, pois é um veículo por meio do qual se estabelecem padrões, responsabilidades e critérios para o uso, transporte, armazenamento e descarte de documentos. Essas políticas devem ser personalizadas para cada instituição, uma vez que existem diversos recursos, ambientes, pessoas e diferentes atividades finalísticas.

A estrutura do presente trabalho está dividida da seguinte forma: apresentação dos conceitos que embasam a presente pesquisa, autenticidade, preservação digital e políticas de preservação digital; metodologia; apresentação e análise dos dados esquematizados a partir de nove quadros e quatro gráficos; por fim, são as apresentadas as considerações finais e as referências.

2 A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

O aumento da produção de documentos em meio digital trouxe preocupações relacionadas à preservação e também à autenticidade desses documentos digitais. Da mesma forma que as tecnologias auxiliam, elas também vêm causando a dependência das organizações, a qual não se limita somente ao uso de computadores. A necessidade de artefatos tecnológicos extrapolou os limites das máquinas, chegando aos *softwares*, prova disso são os sistemas informatizados, considerados vitais para o correto funcionamento organizacional (SANTOS; FLORES, 2015e). Segundo Santos (2013), a preservação, está relacionada “a integridade física e/ou lógica dos documentos ao longo do tempo, bem como as tecnologias que permitem seu processamento e recuperação” (SANTOS, 2013, p. 179).

Duranti (1994) considera que os documentos podem servir para ações futuras em decorrência de serem criados de acordo com procedimentos que podem ser comprovados; os documentos são preservados com o propósito de agir no futuro ou para informação sobre o passado. O valor probatório do documento de arquivo é evidenciado na finalidade de guarda dos documentos que comprovam ou atestam algo, ou “registram uma ação” (DURANTI, 1994), para que esse valor seja confiado ao documento de arquivo, sua autenticidade precisa estar garantida.

Com relação à autenticidade de documentos arquivísticos digitais, as bases teóricas utilizadas são as apresentadas nas Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais do Conselho Nacional de Arquivos publicada em 2012

pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Segundo esse documento, a autenticidade é a “qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrompimento e adulteração. A autenticidade é composta de identidade e integridade” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2012, p. 2). Nesse sentido, o planejamento de um sistema de arquivo terá como missão garantir a manutenção e a autenticidade, estando implícitas a esta a identidade e a integridade (VIANA, 2015).

Preservar os documentos arquivísticos é preservar o conhecimento registrado, embora muitas vezes este conhecimento não esteja sendo aproveitado, devido às ausências de práticas da gestão ou preservação, ou ainda ao desconhecimento do potencial dos arquivos.

De acordo com o Conarq (2005) a Preservação Digital

[..] tem por objetivo garantir a autenticidade e a integridade da informação, enquanto o acesso depende de os documentos estarem em condições de serem utilizados e compreendidos. O desafio da preservação dos documentos arquivísticos digitais está em garantir o acesso contínuo a seus conteúdos e funcionalidades, por meio de recursos tecnológicos disponíveis à época em que ocorrer a sua utilização. (CONARQ, 2005, p. 2).

A Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital (CONARQ, 2005) enfatiza as implicações da negligência do patrimônio arquivístico digital e a importância de diretrizes para a preservação do documento arquivístico digital, enfatizando o compromisso com a preservação do patrimônio arquivístico digital. |A publicação apresenta diretrizes em relação ao documento digital arquivístico e suas potencialidades para a edificação do conhecimento.

Em relação ao formato digital, a Carta aborda a necessidade de os documentos digitais serem fidedignos e autênticos para fornecer evidência das suas ações e contribuírem para a memória social, cultural, histórica, científica, técnica, econômica e administrativa. O formato digital é extremamente suscetível à degradação física e à obsolescência tecnológica e a preservação desses documentos digitais requer ações arquivísticas, incluindo as etapas de planejamento e concepção de sistemas eletrônicos, a fim de que não haja perda nem adulteração dos registros.

A preservação digital segundo Beagrie *et al.* (2008) é o processo de gestão ativa pelo qual garantimos que um objeto estará acessível no futuro; as mudanças na tecnologia e nos sistemas afeta diretamente na criação disponibilização e acessos das informações.

Para Arellano (2004), a preservação digital é dividida em três, preservação física, lógica e intelectual.

A Preservação Física está centrada nos conteúdos armazenados em mídia magnética (fitas cassete de áudio e de rolo, fitas VHS e DAT etc.) e discos óticos (CD-ROMs, WORM, discos óticos regraváveis). A Preservação Lógica procura na tecnologia formatos atualizados para inserção dos dados (correio eletrônico, material de áudio e audiovisual, material em rede etc.), novos software e hardware que mantenham vigentes seus bits, para conservar sua capacidade de leitura. No caso da Preservação Intelectual, o foco são os mecanismos que garantem a integridade e autenticidade da informação nos documentos eletrônicos (ARELLANO, 2004, p. 17).

Nesse mesmo sentido, Grácio (2012) considera que a preservação digital,

[...] busca preservar o suporte e a informação contida nele, fazendo com que suporte e conteúdo caminhem juntos durante todo o ciclo de vida do documento, a preservação digital busca preservar o conteúdo do objeto

digital e sua autenticidade, seja qual for o suporte em que estiver disponível (GRÁCIO, 2012, p. 61).

Para que a preservação digital ocorra se faz necessário produzir regras que determinem a responsabilidade e os meios de sua autenticidade em similaridade com os procedimentos estabelecidos para o documento. Essas regras são estabelecidas a partir de uma Política de Preservação Digital (DURANTI, 1994).

Como ponto de partida para a análise das Políticas de Preservação Digital definidas para esta pesquisa se considerou que as políticas devem ter prioridade organizacional já que delegarão investimentos necessários (SANTOS; FLORES, 2015b). Dessa forma, será possível desenvolver a infraestrutura ideal que resulte em uma estrutura confiável para a preservação de documentos digitais em longo prazo. Nesse contexto, é importante levar em consideração: os avanços das tecnologias da informação; a demanda por documentos digitais; o uso de padrões abertos; o uso de esquemas metadados; os custos relacionados; e a segurança do acervo; o planejamento da preservação em longo prazo. (SANTOS; FLORES, 2015b).

O avanço da ciência e da tecnologia tornou indispensável o uso de normas para padronizar produtos e processos a fim de uniformizar e trazer melhorias nos serviços. (SILVA, 1985, p. 19, apud VARGAS, 2006). A normalização é baseada nos resultados já consolidados da ciência, técnica e da experiência. Ela determina não só as bases para o presente, mas também para o futuro, e deve acompanhar o progresso da tecnologia e as mudanças de padrões e as mudanças de consumidores.

A ABNT (2014) define normalização como “[...] o processo de formulação e aplicação de regras para a solução ou prevenção de problemas, com a cooperação de todos os interessados, e, em particular, para a promoção da economia global”. E norma como:

[...] o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto (ABNT, 2014).

Santos e Sampaio (2014) argumentam que as normas não são obrigatórias, pois, não são leis, porém elas auxiliam como diretrizes no processo de recuperação e troca de informações, tornando necessária a padronização independentemente de ser obrigatória.

Neste sentido, entende-se a necessidade de uso das normas, mesmo sem a “obrigatoriedade”, pois a padronização se tornou cada vez mais necessária ao longo do tempo para garantir a qualidade e melhoria de produtos e processos.

O desenvolvimento de Políticas de Preservação Digital que estabeleçam normas na instituição se torna essencial e sua constante atualização para acompanhar o progresso da tecnologia assegurar sua autenticidade se torna imprescindível para as instituições.

As Políticas de Preservação Digital visam garantir que a informação permaneça “[...] acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro.” (FERREIRA, 2006, p. 20). Nesse contexto, “a elaboração e aprovação de uma política de preservação digital é fundamental para definir os objetivos e diretrizes necessários para a implantação dos processos de gestão envolvidos” (GRÁCIO, 2020 p. 568).

Para Grácio (2020, p. 569),

Uma política de preservação digital pode ser compreendida como o documento que define os objetivos e diretrizes de uma instituição para a implantação de um programa de preservação de seus registros e objetos digitais. Essa política deve estar alinhada com os objetivos e com as outras políticas institucionais em vigor e ser revista ao longo do tempo, abrangendo

todos os elementos relacionados à preservação digital, inclusive aqueles relacionados à cultura organizacional e as mudanças nas TIC. Dessa forma, constitui um compromisso institucional para garantir o acesso e a integridade de um acervo, como no caso dos documentos de arquivo digitais.

Nesse sentido, para a análise comparativa em tela, utilizar-se-á como base as Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital publicada pela Coordenação-geral de Gestão de Documentos, Equipe de Permanência Digital do Arquivo Nacional em 2019.

Por fim, torna-se indispensável preservar a confiabilidade e autenticidade para garantir que os documentos digitais se constituam em uma evidência confiável; a gestão adequada não é um objetivo, mas sim um meio fundamental para garantir a proteção de direitos, o fortalecimento do conhecimento, o enriquecimento cultural e a continuidade da memória.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta etapa apresenta os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento da pesquisa, assim como sua caracterização. “Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem como fazê-la de forma eficiente” (GARCIA, 1998, p.44).

Nesse sentido, com relação à metodologia, esta pesquisa se apresenta com abordagem quali-quantitativa conforme apresenta Knechtel (2014, p. 106), “[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”.

Como Pesquisa Descritiva este estudo estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza, objetivando gerar conhecimentos. É de natureza aplicada dirigida à solução de problemas específicos.

Como método para coleta de dados fez-se uso do levantamento bibliográfico com o intuito de identificar Políticas de Preservação Digital a partir de referências bibliográficas. Bibliografia é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las ou para estabelecê-las; é toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto, portanto, a pesquisa explicará o problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros impressos e informações eletrônicas.

Nesse contexto, utilizou-se para a coleta de dados as bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Arca, Portal de Livros Abertos da Universidade de São Paulo, Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, Google Books, Science.gov e ScienceResearch.com com foco na abordagem e nos aspectos relacionados à Preservação e Autenticidade de Documento Digital e com os critérios de relevância: artigos científicos e refinada por: título, resumo, área e com ano de publicação entre 2010 a 2022, pois as publicações recuperadas anteriores à 2010 não estabelecem como critério documentos nato digital.

Os termos, palavra-chave e/ou frase-chave utilizadas para a pesquisa e o total de bibliografias encontradas nas bases de dados que foram considerados relevantes estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1: Relação palavras-chave com a quantidade de produções recuperadas

Palavras-Chave	Total Encontrado Nas Bases Relevantes
Autenticidade de Documento Digital	88
<i>Digital Preservation</i>	151
<i>Digital Preservation and Authenticity</i>	30
<i>Digital Preservation Aspects</i>	41
<i>Digital Preservation Policy</i>	67
Política de Preservação Digital	63
Políticas Arquivísticas	62
Preservação de Documentos Digitais	119
Preservação Digital	55
Preservação Digital e Autenticidade	7
InterPARES	56
TOTAL	739

Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

Dos 739 resultados recuperados nas bases de dados SciELO, Brapci - Base de Dados em Ciência da Informação, e Portal da CAPES, destes resultados foram encontrados 463 foram considerados redundantes, e que não pertenciam ao escopo desta pesquisa, totalizando 276 artigos com a probabilidade de serem utilizados durante a análise proposta. Com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos resultados buscou-se identificar a menção às políticas de preservação digital que serviram de base nesta pesquisa.

No processo de recuperação da informação, os Sistemas de Organização do Conhecimento das Bases de Dados cumpriram o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar suas funções que incluíram a eliminação da ambiguidade, controle de sinônimos ou equivalentes e estabelecimento de relacionamentos semânticos entre conceitos facilitou a pesquisa.

É importante destacar alguns problemas detectados no decorrer da análise que prejudicaram o desenvolvimento da pesquisa, como a baixa revocação no resultado das buscas nas bases de dados e a ausência de recuperação de Publicações com resumo que influenciaram nos resultados.

Para a identificação das políticas internacionais utilizou-se como ponto de partida a análise das atuais políticas de preservação digital para arquivos, bibliotecas e museus³ disponibilizadas pela Biblioteca do Congresso Americano disponível desde 2013, sendo atualizado periodicamente.

Levando em consideração as publicações de Políticas de Preservação Digital que estão disponibilizadas de forma livre *on-line* 27 (vinte sete) Políticas, Normativas e Modelos de Requisitos relacionados à política de preservação foram selecionadas para fazerem parte desta pesquisa, são elas:

Quadro 1 - Políticas de Preservação Digital

Políticas de Preservação	Instituição	Ano
Apresentação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Brasil	2001
Arquivo Digital da Flórida	Flórida, Estados Unidos	2006/2012

³ Informação disponível em: <https://blogs.loc.gov/thesignal/2013/08/analysis-of-current-digital-preservation-policies-archives-libraries-and-museums/>.

Arquivos de Cheshire	Condado de Cheshire, Reino Unido	2022
Ato da mesa nº 48 de 16 jun 2012 que Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados, Brasil	2012
Declaração de Preservação Digital da Archives Te Rua Mahara o te Kāwanatanga	Arquivo Te Rua Mahara o te Kāwanatanga, Nova Zelândia	2020
Diretrizes de uso de documentos eletrônicos de Bogotá	Colômbia	2020
Diretrizes do produtor a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos do Interpares Project 2	Internacional	2002/2007
Política de arquivamento digital dos Arquivos Federais Suíços	Arquivos Federais, Suíça	2019
Política de Preservação Arquivo de Dados do Reino Unido	Arquivo de Dados, Reino Unido	2022
Política de preservação de acervos digitais da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil	2021
Política de preservação digital City of London	Cidade de Londres, Reino Unido	2014
Política de Preservação Digital da Biblioteca da Universidade de Yale	Biblioteca da Universidade de Yale, Estados Unidos	2014
Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional (BN), Brasil	2020
Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional da Austrália	Biblioteca Nacional, Austrália	2013
Política de Preservação Digital das Bibliotecas Amherst	Universidade de Massachusetts, Estados Unidos	2011
Política de preservação digital de arquivos e patrimônio de Staffordshire	Cidade de Staffordshire, Reino Unido	2022
Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional	Arquivo Nacional (AN), Brasil	2016
Política de Preservação Digital dos Arquivos Nacionais da Austrália	Arquivos Nacionais da Austrália	2020
Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil	2017
Política de Preservação Digital para o Parlamento do Reino Unido	Parlamento do Reino Unido	2009
Política do Repositório Institucional da UFSCar	Universidade de Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil	2016
Programa de gestão de arquivos: planos de prevenção, conservação e emergência do complexo arquivístico do TJDF	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Brasil	2021
Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz da Fundação Oswaldo Cruz	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil	2020
Recomendação sobre a preservação do patrimônio documental, incluindo o patrimônio digital, e o acesso a ele da UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	2015
Recomendações do Bibliotecário Estadual para o Estabelecimento de Normas e Diretrizes para Preservação e Autenticação de Documento Eletrônico	Biblioteca do Estado de Connecticut, Estados Unidos	2012

Resolução n. 101, de 09 de outubro de 2013 que Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)	Universidade de Brasília (RIUnB), Brasil	2013
Resolução n. 59, de 13 de abril de 2010 que estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil	2010
SCAPE Catálogo de preservação da Dinamarca	Dinamarca	2014

Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

Após a coleta de dados, foi realizada a Análise Documental nos documentos encontrados buscando identificar a presença da autenticidade nas Políticas de Preservação Digital. A análise documental e/ou conteúdo se desenvolvem em três fases: “(a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação”. (GIL, 2008 apud BARDIN, 1977, p. 95). A partir deste conceito, a pré-análise foi o primeiro momento do levantamento de dados da pesquisa, no segundo momento explorou-se o material levantado e por último será realizado o tratamento dos dados levantados. A Pesquisa pode ser identificada da seguinte forma:

Quadro 2: Identificação da Pesquisa

Classificação do Tipo de Pesquisa	Pesquisa Adotada
Abordagem	Quali-Quantitativa
Tipo	Descritiva
Natureza	Aplicada
Coleta de Dados	Levantamento Bibliográfico
Análise dos Dados	Análise Documental

Fonte: Elaborado pela autora em 2021.

As políticas de preservação levantadas serão analisadas em três momentos distintos: primeiro quais das 27 (vinte sete) políticas apresentam conceito de autenticidade; em um segundo momento foi analisada a estrutura, fundamentada nos conceitos apresentados na política; por último será apresentada uma análise comparativa entre as normativas voltadas à elaboração de políticas de preservação digital e as políticas de preservação identificadas, tendo por base a autenticidade dos documentos nato digitais.

A Análise comparativa segundo Fachin (2006),

[...] se caracteriza pela presença do acolhimento metódico e sistemático dos fatos e da realidade sensível. Por meio da classificação, da comparação, da aplicação dos métodos, da análise e síntese, o pesquisador extrai do contexto social, ou do universo, princípios e leis que estruturam um conhecimento rigorosamente válido e universal. O conhecimento científico preocupa-se com a abordagem sistemática dos fenômenos (objetos), tendo em vista seus termos relacionais que implicam noções básicas de causa e efeito. (FACHIN, 2006, p. 10).

Nesse contexto, a análise comparativa, visa pesquisar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças que serão observadas entre as políticas e a diretrizes apresentadas.

Com base na leitura preliminar das 27 (vinte sete) políticas, no quadro 3, a seguir apresenta-se uma análise das Políticas de Preservação Digital de acordo com os seguintes critérios:

- Políticas: o título oficial em que as Políticas de Preservação Digital foram publicadas;
- Instituição: o nome da instituição responsável pela publicação;
- Ano: ano da publicação;
- Conceitos Definidos: foi observado se a Política possui seus objetivos e finalidade e conceitos bem definidos;
- Abordagem: critério essencial para a elaboração deste trabalho foi analisado a forma com que a Autenticidade foi abordada e o foco em que ela é apresentada no escopo do texto e a ênfase apresentada assim como o foco no Documento Digital;
- Publicação: tipo de publicação, legal ou institucional;
- Páginas: número de páginas da publicação;
- Versões anteriores disponíveis: se existem versões anteriores;
- Atende Critérios: se a política será analisada nesta pesquisa.

Quadro 3 – Categorias de Análise e Cumprimento dos Critérios Estabelecidos

Políticas de Preservação	Instituição	Ano	Conceitos Definidos	Abordagem		Publicação	Página	Versões anteriores disponíveis	Atende Critérios
				Autenticidade	Documento Digital				
Apresentação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Brasil (PÚBLICA)	2001	Não	Sim	Sim	Artigo, disponibilizado como política de preservação apresenta um roteiro.	33	Não	NÃO
Arquivo Digital da Flórida	Flórida, Estados Unidos (PÚBLICA)	2012	Não	Sim	Não “digital file”	Publicação Oficial	16	Sim	SIM
Arquivos de Cheshire	Condado de Cheshire, Reino Unido (PÚBLICA)	2022	Não	Não	Não	Site Oficial	4	Não	NÃO
Ato da mesa nº 48 de 16 jun 2012 que Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados, Brasil (PÚBLICA)	2012	Não	Sim	Sim	Publicação Oficial	7	Sim	SIM
Declaração de Preservação Digital da Archives Te Rua Mahara o te Kāwanatanga	Arquivo Te Rua Mahara o te Kāwanatanga, Nova Zelândia (PRIVADA)	2020	Não	Não	Não	Documentação Oficial	47	Sim	NÃO
Diretrizes de uso de documentos eletrônicos de Bogotá	Colômbia (PÚBLICA)	2020	Sim	Sim	Sim	Publicação Oficial	45	Não	SIM
Diretrizes do produtor a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos do Interpares Project 2	Internacional (PÚBLICA)	2002/2007	Sim	Sim	Não	Documentação Oficial	20	Sim	SIM

Política de arquivamento digital dos Arquivos Federais Suíços	Arquivos Federais, Suíça (PÚBLICA)	2019	Sim	Sim	Sim	Publicação Oficial	24	Sim	SIM
Política de Preservação Arquivo de Dados do Reino Unido	Arquivo de Dados, Reino Unido (PRIVADA)	2022	Sim	Sim	Sim	Documentação Oficial	17	Sim	SIM
Política de preservação de acervos digitais da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil (PÚBLICA)	2021	Sim	Sim	Sim	Publicação Oficial	8	Não	SIM
Política de preservação digital City of London	Cidade de Londres, Reino Unido (PÚBLICA)	2014	Não	Não	Não	Publicação Oficial	6	Sim	NÃO
Política de Preservação Digital da Biblioteca da Universidade de Yale	Biblioteca da Universidade de Yale, Estados Unidos (PRIVADA)	2014	Não	Sim	Não <i>“document file”</i>	Documentação Oficial	13	Não	SIM
Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional (BN), Brasil (PÚBLICA)	2020	Sim	Sim	Não	Documentação Oficial	29	Não	NÃO
Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional da Austrália	Biblioteca Nacional, Austrália (PÚBLICA)	2013	Sim	Sim	Não <i>“documento file”</i>	Site Oficial	8	Sim	SIM
Política de Preservação Digital das Bibliotecas Amherst	Universidade de Massachusetts, Estados Unidos (PRIVADA)	2011	Sim	Não	Não	Documentação Oficial	9	Não	NÃO
Política de preservação digital de arquivos e patrimônio de Staffordshire	Cidade de Staffordshire, Reino Unido (PÚBLICA)	2022	Sim	Não	Não <i>“digital preservation”</i>	Site Oficial	10	Sim	NÃO
Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional	Arquivo Nacional (AN), Brasil (PÚBLICA)	2016	Sim	Sim	Sim	Documentação Oficial	37	Sim	SIM
Política de Preservação Digital dos Arquivos Nacionais da Austrália	Arquivos Nacionais da Austrália (PÚBLICA)	2020	Sim	Sim	Não <i>“digital formats”</i>	Site Oficial	9	Sim	SIM

Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil (PÚBLICA)	2017	Sim	Sim	Não “ <i>formato digital</i> ”	Documentação Oficial	14	Não	SIM
Política de Preservação Digital para o Parlamento do Reino Unido	Parlamento do Reino Unido (PÚBLICA)	2009	Sim	Sim	Não “ <i>Digital object</i> ”	Publicação Oficial	17	Sim Disponível no site oficial	SIM
Política do Repositório Institucional da UFSCar	Universidade de Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil (PÚBLICA)	2016	Não	“ <i>direito autoral</i> ”	Não	Publicação Oficial	3	Não	NÃO
Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz da Fundação Oswaldo Cruz	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil (PRIVADA)	2020	Sim	Sim	Sim	Documentação Oficial	37	Não	SIM
Recomendação sobre a preservação do patrimônio documental, incluindo o patrimônio digital, e o acesso a ele da UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (PÚBLICA)	2015	Sim	Não	Não	Documentação Oficial	42	Não	NÃO
Recomendações do Bibliotecário Estadual para o Estabelecimento de Normas e Diretrizes para Preservação e Autenticação de Documento Eletrônico da Biblioteca do Estado de Connecticut	Biblioteca do Estado de Connecticut, Estados Unidos (PÚBLICA)	2012	Sim	Sim	Sim “ <i>Electronic Records</i> ”	Publicação Oficial	43	Não	SIM
Resolução n. 101, de 09 de outubro de 2013 que Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)	Universidade Federal de Brasília (RIUnB), Brasil (PÚBLICA)	2013	Sim	Não	Não	Publicação Oficial	2	Não	NÃO

Resolução n. 59, de 13 de abril de 2010 que estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil (PÚBLICA)	2010	Sim	Não	Não	Publicação Oficial	2	Não	NÃO
SCAPE Catálogo de preservação da Dinamarca	Dinamarca (PRIVADA)	2014	Sim	Sim	Não	Publicação Oficial	111	Não	SIM

Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

A partir da Análise preliminar se observou que:

a) Dentre as 27 (vinte sete) Políticas de Preservação Digital encontradas, 19 (dezenove) apresentam conceitos definidos, algumas políticas apresentam seus conceitos, definições e/ou objetivos identificados e/ou sinalizados, enquanto outras só são identificados os conceitos no decorrer da leitura, nesse caso, os apresentam de forma clara em todo o escopo do texto; enquanto 8 (oito) não apresentam conceitos, definições ou objetivos.

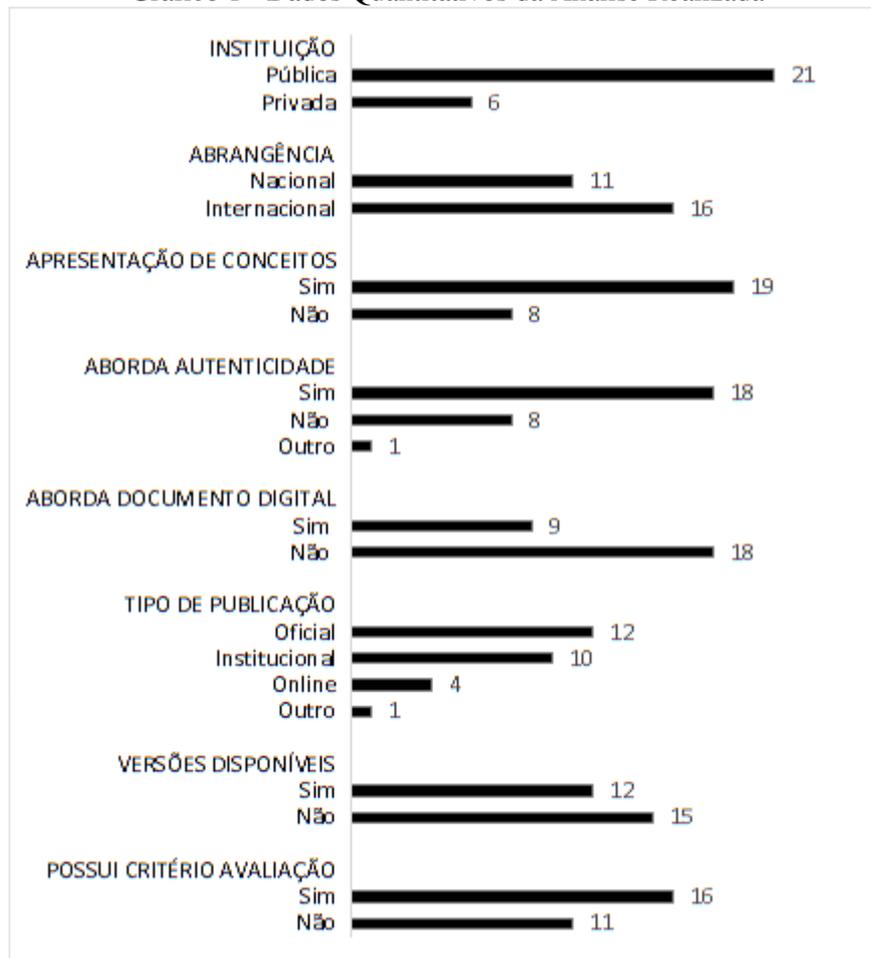
b) Em relação à abordagem voltada à Autenticidade 18 (dezoito) políticas apresentam de forma clara os requisitos de autenticidade, muitas apresentando de forma identificada e/ou sinalizada no texto enquanto outras se intercalam com a integridade ou deixando claro no texto sem mencionar o termo Autenticidade; 1 (uma) política relaciona autenticidade com o termo direito autoral e dentro do conceito apresentado ela será considerada para análise; 8 (oito) políticas não abordaram a Autenticidade em qualquer escopo.

c) Na abordagem de Documento Digital se observou que dependendo do ano de publicação das políticas difere o documento nato digital e o documento digitalizado, enquanto as políticas internacionais utilizam termos diversificados, mas mantêm o contexto de documento digital (*digital file, document file, digital preservation, digital formats, digital object, electronic records*). Desse modo, se considerou a relação dos conceitos, definições e/ou objetivos de Documento Digital apresentado no contexto da política e com a forma com que ele é apresentado e/ou sua relação com os conceitos, definições e/ou objetivos da política como um todo. Em resultado se encontrou 9 (nove) políticas que apresentam a definição de Documento digital, enquanto 18 (dezoito) não apresentam de forma objetiva e clara.

d) Se observou a importância de diferenciar o tipo de publicação e para isso se separou entre instituições públicas e privadas, e neste contexto se dividiu em 12 (doze) com publicação Oficial de valor legislativo, 4 (quatro) publicadas em Sites e, 10 (dez) são originadas de Atos Oficiais de publicação da Instituição.

e) Em relação às versões anteriores disponíveis, se levou em consideração os critérios definidos na pesquisa selecionando para análise a versão mais recente encontrada, se considerou as políticas disponíveis em Site Oficial como versão atual. Assim, foi considerado que 12 (doze) possuem versões anteriores disponibilizadas pelos parâmetros da pesquisa e 15 (quinze) não possuem versões disponibilizadas pelos parâmetros da pesquisa, o que não impede que elas não existam. Esses resultados podem ser observados no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Dados Quantitativos da Análise Realizada



Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

A partir desses resultados 16 (dezesseis) Políticas de Preservação Digital atendem a critérios estabelecidos para pesquisa enquanto 11 (onze) Políticas de Preservação Digital não atendem os critérios. No gráfico a seguir são apresentadas de forma quantitativa o atendimento ou não das políticas selecionadas para cada categoria.

4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A presunção de autenticidade e preservação em longo prazo de documentos digitais é basilar em um momento que produção nato digital se faz tão presente. Nesse contexto, distinguir os documentos falsos dos verdadeiros sempre foi o foco maior da Diplomática; e tem como objetivo “analisar os documentos que serviam de testemunho para a verificação de fatos, ora com um objetivo prático-jurídico, ora com um objetivo de contar os fatos dos passados em uma perspectiva historiográfica”. (TOGNOLI, 2014, p.70).

A presunção de autenticidade, de acordo com o (CONARQ, 2012), fundamenta-se na existência de uma cadeia de custódia ininterrupta, a partir do momento da produção do documento até ele ser transferido para a instituição arquivística que será responsável pela sua preservação no longo prazo. Nesse sentido a

[...] presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos sempre fez parte do processo tradicional de avaliação desses documentos e é fortemente apoiada na análise de sua forma e de seu conteúdo, que nos documentos não digitais estão inextricavelmente ligados ao suporte — isto é, forma, conteúdo e suporte são inseparáveis. [...] Caso essa cadeia de custódia seja interrompida, o tempo em que os documentos não estiveram sob a proteção do seu produtor ou sucessor pode causar muitas dúvidas sobre a sua autenticidade (CONARQ, 2012 p. 1).

Este conceito pode ser aplicado nos documentos nato digitais, para compreender sua veracidade se faz necessário, fundamentalmente, o estudo de sua forma; deve-se concentrar na gênese, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos entre seu criador e seu próprio conteúdo com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar sua verdadeira natureza. (ARELLANO, 2004; DURANTI, 1994).

Preservar é garantir acesso, nesse sentido as políticas, procedimentos, sistemas, normas e práticas que levem os produtores de documentos a criar “documentos arquivísticos fidedignos, autênticos, preserváveis e acessíveis” aplicam-se a quaisquer tipos de instituição.

Com esses conceitos em perspectiva foi realizada uma análise com o objetivo de identificar entre as Políticas de Preservação Digital encontradas quais possuem os conceitos de Autenticidade voltados para o Documento Digital de forma definida e desenvolvida.

Com base nos conceitos abordados, dentre as Políticas de Preservação Digital encontradas as que possuem os conceitos de Autenticidade voltados para o Documento Digital de forma definida e/ou desenvolvida são 16 (dezesesseis). Cada uma delas foi identificada e analisada dentro das categorias: Requisitos/Objetivos, em que se procurou levantar o objetivo da política; Autenticidade, no qual a Política faz menção à Autenticidade; Documento Digital, considerando o conceito e a abordagem feita pela instituição relação ao documento digital; Estratégias de Preservação, o que é mencionado a respeito de estratégias; e observações da autora. O resultado dessa análise é apresentado no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Resultado da Análise de Acordo com os Critérios Estabelecidos

Políticas de Preservação	Instituição	Ano	Requisitos/Objetivos	Autenticidade	Documento Digital	Estratégias de Preservação	Observação
Arquivo Digital da Flórida	Flórida, Estados Unidos	2006/2012	Versões normalizadas podem não ser equivalentes aos originais em aparência ou funcionalidade.	Menção de responsabilidade	Documentação digital como todo <i>“digital file”</i>	Normalização Migração Cibersegurança	Segue Legislações e normas definidas.
Ato da mesa nº 48 de 16 jun 2012 que Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados, Brasil	2012	Capacidade de migração para novas versões, sem perda de autenticidade	Regida por princípios e objetivos	Proveniência Contexto Referência Fixidez	Padronização Migração Repositório	Possui glossário. Segue Legislações e normas definidas.
Diretrizes de uso de documentos eletrônicos de Bogotá	Colômbia	2020	Confiabilidade	Assinatura: eletrônica e digital	Autenticidade, integridade e confiabilidade de documentos eletrônicos	Espaços de armazenamento seguros e implementação de políticas	Diferencia documentos digitais de documentos digitalizados. Possui glossário e lista de siglas
Diretrizes do produtor a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos do Interpares Project 2	Internacional	2002/2007	Manutenção e a preservação dos materiais digitais; preservação em longo prazo	Autenticação independente de tecnologia	Não apresenta conceito ou abordagem	Acessibilidade Fixidez Integridade Organização Proteção Cópia de segurança Obsolescência	
Política de arquivamento digital dos Arquivos Federais Suíços	Arquivos Federais, Suíça	2019	Originalidade Autenticidade Integridade Usabilidade	Documentos autênticos podem ser comprovados	Documentos produzidos ou recebidos por meio de tecnologias de informação e comunicação	Gerenciamento de dados Gerenciamento de repositório Implementação de preservação	Diferencia documentos digitais de documentos digitalizados. Possui glossário.

Política de Preservação Arquivo de Dados do Reino Unido	Arquivo de Dados, Reino Unido	2022	Repositório digital confiável Manter a integridade e qualidade das coletas de dados	Depende de três propriedades: que o registro é o que pretende ser, que foi criado por quem quer que tenha sido criado; e que foi criado quando supostamente foi criado.	Autenticidade Integridade Confiabilidade	Cópias múltiplas Migração de dados Atualização de mídia Política de Desenvolvimento de Acervos Cibersegurança	Revisão periódica a cada dois anos. Possui glossário. Segue Legislações e normas definidas.
Política de preservação de acervos digitais da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil	2021	Conjunto de ações gerenciais e técnicas que garantam o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário	Resguardar a proveniência, a confiabilidade, a autenticidade e a integridade	Não apresenta conceito ou abordagem	Padronização Política de Preservação de Acervos Digitais	Revisão periódica a cada dois anos. Possui lista de definições
Política de Preservação Digital da Biblioteca da Universidade de Yale	Biblioteca da Universidade de Yale, Estados Unidos	2014	Prestação de serviços Colaboração Conformidade e responsabilidade Segurança e disponibilidade Integridade e a autenticidade Monitoramento de obsolescência	Comprovadas a partir do ponto de inserção	Não diferencia Documento Digital de Digitalizado “ <i>document file</i> ”	Migração de conteúdo, emulação de hardware e preservação de dependência de software e hardware	Possui exemplos das estratégias de preservação no apêndice
Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional da Austrália	Biblioteca Nacional, Austrália	2013	Acesso a dados confiáveis Acesso ao conteúdo codificado Acesso ao significado contextual e intelectual	Garantir que a autenticidade e procedência sejam mantidas	“ <i>document file</i> ”	Adotar práticas e estrutura para arquivos digitais confiáveis e gerenciáveis	Possui grupos de pesquisas para desenvolvimento de políticas de preservação.
Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional	Arquivo Nacional (AN), Brasil	2016	Custodiador Garantir a autenticidade dos documentos Preservação de componentes digitais	Proveniência Valor Natureza Inteligibilidade Recuperação.	Não apresenta conceito ou abordagem	Normalização Monitoramento Migração Cibersegurança	Possui relação de formatos de arquivo Possui glossário. Segue Legislações e normas definidas.

Política de Preservação Digital dos Arquivos Nacionais da Austrália	Arquivos Nacionais da Austrália	2020	Autenticidade Integridade Acesso	Representação precisa do registro original	<i>“digital formats”</i>	estratégias serão selecionadas de acordo com os requisitos de tipos específicos de registros	Possui glossário.
Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil	2017	Autenticidade Integridade Preservação Acesso	Atesta as informações neles registradas	<i>“formato digital”</i>	Refrescamento Migração	Segue Legislações e normas definidas.
Política de Preservação Digital para o Parlamento do Reino Unido	Parlamento do Reino Unido	2009	Autenticidade Preservação Acesso	Confiabilidade Integridade Usabilidade	Propriedades significativas Auditoria Integridade <i>“Digital object”</i>	Emulação Migração Cibersegurança	Segue Legislações e normas definidas. Possui glossário.
Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz da Fundação Oswaldo Cruz	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil	2020	Definição de estruturas padronizadas de metadados descritivos e de preservação	Credibilidade Livre de adulteração	Informação registrada ou codificada em dígitos binários convertida para formato digital	Migração e/ou refrescamento Monitoramento e a atualização de formatos	Segue Legislações e normas definidas. Possui glossário.
Recomendações do Bibliotecário Estadual para o Estabelecimento de Normas e Diretrizes para Preservação e Autenticação de Documento Eletrônico da Biblioteca do Estado de Connecticut	Biblioteca do Estado de Connecticut, Estados Unidos	2012	Preservação Integridade Autenticidade Confiabilidade	Valor Probatório Cadeia de Custódia	Metadados Criptografia Formatos de arquivo Marcas d'água Assinaturas Eletrônicas e Digitais	Estabelece padrões para autenticação e preservação de registros eletrônicos.	Determina normas e padrões para todo o Estado. Segue Legislações e normas definidas.

SCAPE Catálogo de preservação da Dinamarca	Dinamarca	2014	Orientação Procedimento de preservação Controle	Integridade Confiabilidade Proveniência	Diferencia Documento Digital de Digitalizado “Digital Object”	Migração Emulação Arquivamento de software/hardware Microfilmagem	Determina normas e padrões para o país. Segue Legislações e normas definidas.
--	-----------	------	---	---	---	--	---

Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

A partir da pesquisa realizada e das políticas de preservação digital encontradas e do resultado da análise do Quadro 4, foi elaborada uma análise comparativa com foco na autenticidade sendo utilizado como base as Publicações: Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital⁴ de 2019 do Arquivo Nacional, e nas Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais⁵ publicada em 2012 pelo Conarq.

É importante ressaltar que entre as políticas analisadas, 11 (onze) são internacionais, e que a estrutura e escopo dessas políticas seguem diretrizes específicas de seus países; nesse sentido, na publicação de “Um Estudo de Políticas de Preservação Digitais (*Digital Preservation Policies Study*)”, os autores europeus Beagrie *et al.* (2008) desenvolvem um Modelo de Preservação Digital (Quadro 5) que em sua abordagem apresentam os itens e descrições semelhantes à publicação do Arquivo Nacional do Brasil “Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital” que será mais especificamente apresentada a seguir. Dessa forma, considera-se que os critérios de análise possam ser utilizados para Políticas nacionais e internacionais.

Quadro 5 – Modelo de Preservação Digital

Item	Descrição
Princípio	Abordar como a política de preservação digital poderá atender as necessidades da organização e os benefícios que ela trará.
Links contextuais	Destaque como esta política se integra à organização e como se relaciona com outras estratégias e políticas de alto nível.
Objetivos da Preservação	Informações sobre os objetivos de preservação e como eles será assegurado.
Identificação de Conteúdo	Descreva qual é o escopo geral da política em termos de conteúdo e sua relação com os objetivos do desenvolvimento da coleção.
Responsabilidade Processual	Identificar responsabilidades de alto nível para a política e fornecer reconhecimento das mais importantes obrigações enfrentadas da cordo com os principais recursos institucionais.
Implementação e Orientação	Como implementar a política de preservação e/ou identificar onde estão disponíveis as orientações e procedimentos adicionais para a implementação.
Glossário	Lista de definições, se necessário.
Controle de Versão	Manter um histórico e detalhes bibliográficos da versão, adicionar data da política e sua duração pretendida e processo de revisão.

Fonte: traduzido pela autora de Beagrie et al. (2008).

A análise comparativa com a Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional (2019) é apresentada no Quadro 7; enquanto a análise comparativa em relação com as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (2012) é apresentada no Quadro 9.

⁴ Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas-1/politica_presercacao_digital.pdf

⁵ Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/PÚBLICAcoes/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf.

O desenvolvimento das políticas de preservação digital levando em consideração as recomendações e diretrizes desenvolvidas por órgãos reguladores é imprescindível. Nesse contexto, a análise comparativa apresentadas no Quadro 7 e 9 se tornam relevantes, aplicabilidade das estratégias de preservação “para documentos digitais é uma prioridade, pois sem elas não existiria nenhuma garantia de acesso, confiabilidade e integridade dos documentos ao longo prazo”. (ARELLANO, 2004, p. 15).

Tendo em consideração as Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional (2019) a abordagem organizacional das políticas de preservação digital deve seguir a seguinte estrutura:

Quadro 6 – Abordagem das Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional (2019)

Itens	Abordagem
Introdução e Objetivos	A instituição deve demonstrar a importância dos documentos arquivísticos e a sua relação com as competências e atividades desenvolvidas, o programa de gestão arquivística de documentos, assim como apresentar a missão e visão da instituição.
Escopo	Apresenta a abrangência e o âmbito da ação da política.
Atribuição de Responsabilidades	Deve explicitar a atribuição de responsabilidades no âmbito da instituição quanto às ações de manutenção, preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais autênticos.
Princípios	É o foco da política, que deve apresentar os princípios que orientarão as decisões, estratégias e ações relacionadas à preservação de documentos arquivísticos digitais; a instituição deve ser capaz de garantir a preservação das características específicas dos documentos arquivísticos e, principalmente, manter forma fixa e conteúdo estável, respeitando a cadeia de custódia e a cadeia de preservação em um ambiente confiável.
Autenticidade	É a qualidade e a credibilidade de um documento ser o que diz ser e de estar livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção.
Estratégias de Preservação	A partir dos princípios estabelecidos na política, devem ser apontados as principais estratégias que serão adotadas, como a indicação de uso de repositórios digitais arquivísticos confiáveis, política de normalização de formatos, monitoramento de suportes e formatos de arquivo, adoção de conversão, emulação ou atualização de suporte, assim como o programa de gestão arquivística de documentos.
Atualização da Política	A instituição deve apresentar a previsão com que a política deve ser revista e atualizada além de possíveis alterações nas regras, e instrumentos legais e normativos.
Referências	A política de conter as fontes referidas, conferindo maior transparência e legitimidade à política de preservação digital; a política deve ser fundamentada em normativas nacionais e

	internacionais, nas legislações em vigor, nas bibliografias consideradas referência na área, nas portarias de delegação de competências da instituição; nas definições de responsabilidade, e no planejamento estratégico.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora em 2022 a partir da Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional (2019).

No que se refere a políticas de preservação digital em arquivo, é imprescindível um diálogo entre o conhecimento que é compartilhado e as ferramentas da tecnologia da informação e o acesso às informações. As políticas de preservação digital são estratégias para assegurar à preservação dos documentos digitais, nesse sentido se faz necessário que se definam necessário que se definam padrões que serão aceitos na instituição.

A elaboração das políticas de preservação digital deve ter em sua base resoluções, normas, atos administrativos, leis, modelos e padrões abrangendo um amplo programa de preservação e deve ser analisada sob o aspecto organizacional, legal e técnico. (CONARQ, 2005).

Segundo Santos e Flores (2015d) os estudos sobre preservação digital buscam estabelecer a implementação de políticas de preservação digital de forma mais efetiva para garantir o armazenamento e uso dos documentos digitais a longo prazo. Nesse contexto as políticas “definem o que deverá ser preservado, as estratégias executam as atividades e os sistemas informatizados gerenciam as atividades em alto nível, podendo verificar a conformidade com o que foi definido nas políticas de preservação”. (SANTOS; FLORES, 2015a, p. 51).

Fundamentando-se na estrutura das Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019) analisamos as estruturas das Políticas de Preservação Digital encontradas; cada uma delas foi analisada dentro das categorias apresentadas no Quadro 6, com resultado na dessa análise é apresentado no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Comparativo com Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019)

Políticas de Preservação	Instituição	Introdução e Objetivos	Escopo	Atribuição de Responsabilidades	Princípios	Autenticidade	Estratégias de Preservação	Atualização da Política	Referências	Glossário
Arquivo Digital da Flórida	Flórida, Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Ato da mesa nº 48 de 16 jun 2012 que Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados, Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Diretrizes de uso de documentos eletrônicos de Bogotá	Colômbia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Diretrizes do produtor a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos do Interpares Project 2	Internacional	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Política de arquivamento digital dos Arquivos Federais Suíços	Arquivos Federais, Suíça	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Política de Preservação Arquivo de Dados do Reino Unido	Arquivo de Dados, Reino Unido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Política de preservação de acervos digitais da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Política de Preservação Digital da Biblioteca da Universidade de Yale	Biblioteca da Universidade de Yale, Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional da Austrália	Biblioteca Nacional, Austrália	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional	Arquivo Nacional (AN), Brasil	Sim								
Política de Preservação Digital dos Arquivos Nacionais da Austrália	Arquivos Nacionais da Austrália	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil	Sim	Não							
Política de Preservação Digital para o Parlamento do Reino Unido	Parlamento do Reino Unido	Sim								
Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz da Fundação Oswaldo Cruz	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil	Sim	Não							
Recomendações do Bibliotecário Estadual para o Estabelecimento de Normas e Diretrizes para Preservação e Autenticação de Documento Eletrônico da Biblioteca do Estado de Connecticut	Biblioteca do Estado de Connecticut, Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
SCAPE Catálogo de preservação da Dinamarca	Dinamarca	Sim	Não	Não						

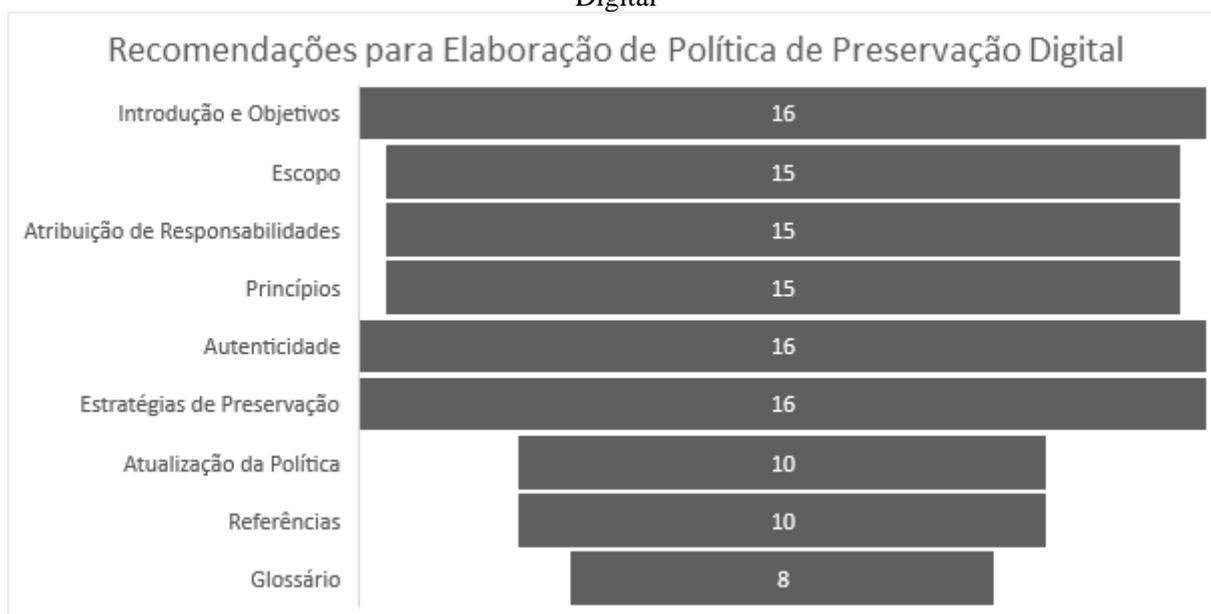
Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

Podemos observar, em relação ao Comparativo com Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019), que as políticas analisadas propõem um plano de ação voltado à preservação visando um objetivo. As políticas de Preservação Digital possuem relação com outros programas desenvolvidos pelas instituições; são documentos estratégicos que contém procedimentos para uma estrutura organizacional e técnica, que permite preservar documentos digitais.

Em relação a estrutura técnica, 10 (dez) das políticas analisadas apresentam o funcionamento das tecnologias da informação, desde metadados ao acesso de usuários; destas 2 (duas) são brasileiras, a política do Arquivo Nacional e a da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Como programa de preservação digital, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apresenta os recursos necessários à implementação da política, incluindo recursos financeiros, humanos, tecnologias e normativas que devem ser adotadas.

A estrutura organizacional apresentada nas políticas em relação as Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019) se apresentaram da seguinte forma:

Gráfico 3 – Comparativo com as Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital



Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

Com base no gráfico, podemos observar que em relação à apresentação da Introdução e dos Objetivos, as 16 (dezesesseis) políticas analisadas salientam sua relação com as competências e atividades desenvolvidas deixando claro em seu texto a finalidade e a abordagem da política.

Em relação ao Escopo e a Atribuição de Responsabilidades, apenas o Interpares Project 2 (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems) não apresenta a abrangência e o âmbito da ação da política, seu foco é ser uma ferramenta que possa ser usada por indivíduos, organizações e órgãos governamentais como diretriz e instrumento; nesse sentido, as ações de manutenção, preservação e acesso são específicas da instituição que adotar o projeto.

Ao analisar os Princípios, apenas a Biblioteca do Estado de Connecticut, Estados Unidos da América não define princípios que orientarão as decisões e as estratégias desenvolvidas; a política apresenta em anexo documentos elaborados por outras instituições.

Na abordagem da Autenticidade, todas as políticas apresentam o requisito, sendo que esse requisito que determinou as políticas selecionadas para o estudo. Ao analisar a autenticidade em relação ao conceito apresentado pela Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019), se observou que as 16 (dezesseis) políticas possuem um consenso de que a autenticidade de um documento digital é identificada pela identidade e a integridade de um documento ser o que diz ser e de estar livre de adulteração ou corrupção. A análise completa da desta abordagem é apresentada no Quadro 9.

Como Política de Preservação Digital, todas as políticas analisadas abordam as Estratégias de Preservação; apresentando o contexto em que principais estratégias são adotadas, desde como os documentos digitais devem ser registrados até a solução envolvendo a tecnologia de informação. Como foi mencionado anteriormente 10 (dez) políticas desenvolvem o funcionamento das tecnologias envolvidas para a preservação do documento digital.

Em relação a Atualização da Política, 10 (dez) políticas apresentam a previsão com que é revista e/ou atualizada; é interessante destacar que as todas as políticas que estipularam a atualização são as que seguem as legislações e normas definidas pelos governos.

Em relação as fontes de Referências, apenas 5 (cinco) políticas apresentaram a relação das fontes que basearam sua pesquisa de forma identificada e com acesso a essas fontes; as outras 5 (cinco) abordam no corpo do texto as legislações e/ou normas que utilizam como base. Ao abordar a referência achamos pertinente abordar o Glossário; segundo as Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019) os conceitos devem ser apresentados na introdução, e no roteiro não menciona o glossário nos itens de abordagem; dentre as políticas analisadas 8 (oito) apresentam no final do documento o glossário dos termos e/ou conceitos abordados no texto.

Compreendemos que as políticas de preservação digital devem abranger os aspectos abordados pela Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital do CONARQ (2019) e que suas diretrizes e critérios sejam amplamente disseminados; as políticas de preservação digital requerem identificação e devem contemplar a gestão de segurança de acordo com padrões e que a ausência de procedimentos de segurança e preservação ameaçam a autenticidade e a confiabilidade dos documentos digitais. (SANTOS; FLORES, 2015b).

Para garantir a integridade dos documentos digitais, é fundamental a observância dos conceitos de forma fixa, conteúdo estável, forma documental armazenada ou manifestada, assim como a fixidez da informação em seu suporte de forma indissociável.

Este conceito segundo Santos (2012, p. 117) se refere ao “controle do processo de criação, manutenção e custódia do documento arquivístico, o que, em análise inicial, evitaria sua alteração não autorizada”. Em relação com as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (2012) a abordagem considera os seguintes conceitos:

Quadro 8 - Abordagem das Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (2012)

Itens	Abordagem
Autenticidade	Qualidade de um documento ser exatamente aquele que foi produzido, não tendo sofrido alteração, corrompimento e adulteração; possui duas características, Identidade atributo de um documento que o caracterizam como único; Integridade de um documento transmitir exatamente a mensagem que levou à sua produção.
Autenticação	Declaração de autenticidade de um documento, resultante do acréscimo de um elemento ou da afirmação por parte de uma

	pessoa investida de autoridade para tal.
Documento Autêntico	Documento que teve sua identidade e integridade mantidas ao longo do tempo.
Documento Arquivístico	Documento produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e retido para ação ou referência.
Documento Digital	É a informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.
Documento Arquivístico Digital	Documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico.
Forma	Aparência ou apresentação do documento.
Conteúdo	Informação contida no documento.
Composição	É a relação entre os dados de forma e conteúdo do documento digital que permite a sua apresentação.
Presunção de Autenticidade:	É a inferência da autenticidade de um documento arquivístico feita a partir de fatos conhecidos sobre a maneira como aquele documento foi produzido e mantido.
Confiabilidade	Credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato; é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção.

Fonte: Elaborado pela autora em 2022 a partir da Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (2012).

É importante ressaltar que a publicação “Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais” (2012, p. 5) diferencia autenticação de autenticidade; enquanto “autenticidade é a qualidade de o documento ser verdadeiro”, a “autenticação não garante necessariamente a autenticidade do documento”, assim um “documento pode ser considerado autêntico sem que nele conste uma autenticação”.

Com base na estrutura apresentada na Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (2012), analisamos as estruturas das Políticas de Preservação Digital encontradas; cada uma delas foi analisada dentro das categorias apresentadas no Quadro 8, resultado é apresentado no Quadro 9 a seguir.

Quadro 9 – Comparativo com Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais do CONARQ (2012)

Políticas de Preservação	Instituição	Ano	Apresentação de Autenticidade	Conceitos Abordados
Arquivo Digital da Flórida	Flórida, Estados Unidos	2006/2012	Não garante que as versões normalizadas ou migradas de qualquer arquivo ser idêntico em aparência ou comportamento ao arquivo original.	Autenticidade, Documento Digital, Documento arquivístico, Forma, Composição, Confiabilidade.
Ato da mesa nº 48 de 16 jun 2012 que Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados, Brasil	2012	Assegura de permanentemente a autenticidade dos documentos digitais; à garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade das informações, imposta pela Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11; capacidade de migração para novas versões, sem perda de autenticidade.	Autenticidade, Documento Arquivístico, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital, Forma, Composição, Conteúdo, Confiabilidade.
Diretrizes de uso de documentos eletrônicos de Bogotá	Colômbia	2020	Mitigar riscos sobre a autenticidade, integridade e confiabilidade dos documentos e tentando garantir que estes não sejam repudiados devido a possíveis modificações.	Autenticidade, Autenticação, Documento Digital, Conteúdo, Confiabilidade.
Diretrizes do produtor a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos do Interpares Project 2	Internacional	2002/2007	Refere-se à confiabilidade dos documentos, ao fato de que os materiais são o que eles dizem ser e que não foram adulterados ou corrompidos de qualquer outra forma; deve-se definir e conservar a identidade dos materiais e proteger sua integridade. Enquanto uma presunção de autenticidade é uma inferência que é estabelecida a partir de fatos conhecidos sobre a forma como um documento foi produzido e mantido.	Autenticidade, Autenticação, Presunção de Autenticidade, Confiabilidade.
Política de arquivamento digital dos Arquivos Federais Suíços	Arquivos Federais, Suíça	2019	Documentos autênticos podem ser comprovados como a) o que pretendem ser, b) de fato criados ou enviados pela pessoa que supostamente os criou ou os enviou, c) de fato criados ou enviados no momento pretendido.	Autenticidade, Documento Autêntico, Documento Arquivístico, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital, Conteúdo.
Política de Preservação Arquivo de Dados do Reino Unido	Arquivo de Dados, Reino Unido	2022	Apenas a versão 'original' pode ser considerada ser cópia integral da versão depositada no Arquivo; a autenticidade de um registro depende de três propriedades prováveis significativas: que o registro é o que pretende ser, que foi criado por quem quer que seja supostamente criado por; e que foi criado quando supostamente foi criado.	Autenticidade, Documento Arquivístico, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital, Conteúdo.
Política de preservação de acervos digitais da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil	2021	Cadeia de custódia e de preservação de acervos arquivísticos de forma ininterrupta, respeitando os instrumentos legais determinados para gerenciar o documento por todo o seu ciclo de vida.	Autenticidade, Documento Arquivístico, Documento Arquivístico Digital, Confiabilidade.

Política de Preservação Digital da Biblioteca da Universidade de Yale	Biblioteca da Universidade de Yale, Estados Unidos	2014	Documentos que apresentem a integridade e a autenticidade dos objetos digitais preservados comprovadas a partir do ponto de ingestão.	Autenticidade, Documento Autêntico, Documento Digital.
Política de Preservação Digital da Biblioteca Nacional da Austrália	Biblioteca Nacional, Austrália	2013	Manter os arquivos originais intactos; assim como garantir que a autenticidade e procedência sejam mantidas.	Autenticidade, Documento Arquivístico, Documento Digital, Conteúdo,
Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional	Arquivo Nacional (AN), Brasil	2016	Deve ser avaliada no recolhimento; deverá ser protegida e mantida por meio da adoção de métodos que garantam que o documento não seja manipulado, alterado ou falsificado; é obrigatório o registro e a manutenção de um conjunto mínimo de metadados descritivos: autor, destinatário, produtor, data de criação, data de recebimento, âmbito e conteúdo, código de referência original, título e dimensão; manter a integridade do documento.	Autenticidade, Autenticação, Documento Autêntico, Documento Arquivístico Digital, Forma, Composição, Conteúdo, Presunção de Autenticidade, Confiabilidade.
Política de Preservação Digital dos Arquivos Nacionais da Austrália	Arquivos Nacionais da Austrália	2020	O registro deve ser confiável como uma representação precisa do registro original; deve ser documentado e descrito nos metadados o conteúdo, o contexto e a proveniência do registro.	Autenticidade, Documento Autêntico, Documento Digital, Presunção de Autenticidade, Conteúdo, Confiabilidade.
Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil	2017	É a qualidade que os documentos apresentam para atestar as informações neles registradas; manter sua identidade e integridade intactas ao longo do tempo, conferindo assim segurança em relação aos processos de produção, manutenção e guarda sem interferências que possam ocasionar dúvidas relacionadas ao conteúdo.	Autenticidade, Documento Autêntico, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital, Conteúdo, Presunção de Autenticidade, Confiabilidade.
Política de Preservação Digital para o Parlamento do Reino Unido	Parlamento do Reino Unido	2009	Deriva de três características essenciais: Confiabilidade: O registro deve ser uma representação completa e precisa da atividade comercial que atesta. Integridade: é assegurada através da função de preservação de fluxo de bits e através do fornecimento de metadados para descrever todas as ações autorizadas realizadas durante a preservação de conteúdo e fluxo de bits. Usabilidade: requer que o registro seja localizável e recuperável pelos usuários, que seja capaz de representação em um ambiente técnico atual e que suporte a interpretação pelos usuários.	Autenticidade, Documento Autêntico, Documento Digital, Presunção de Autenticidade, Confiabilidade.

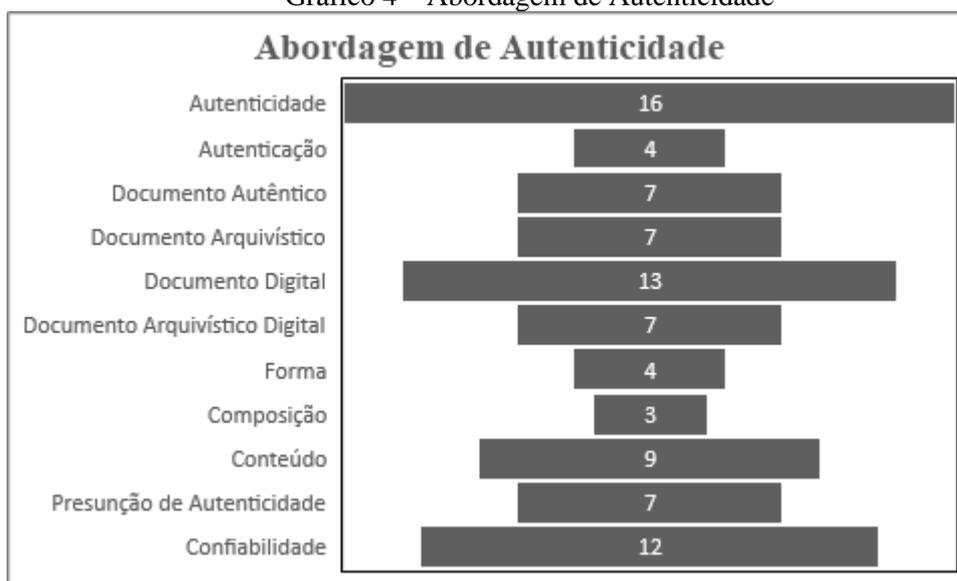
Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz da Fundação Oswaldo Cruz	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil	2020	Credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e estar livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção.	Autenticidade, Documento Autêntico, Documento Digital, Forma, Conteúdo, Presunção de Autenticidade, Confiabilidade.
Recomendações do Bibliotecário Estadual para o Estabelecimento de Normas e Diretrizes para Preservação e Autenticação de Documento Eletrônico da Biblioteca do Estado de Connecticut	Biblioteca do Estado de Connecticut, Estados Unidos	2012	Os padrões devem incluir componentes, no mínimo: Definições, Deveres e Responsabilidades da Agência; Autenticação (incluindo valor probatório); Cadeia de Custódia; Estrutura do nome do arquivo; Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.	Autenticidade, Autenticação, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital, Conteúdo, Confiabilidade.
SCAPE Catálogo de preservação da Dinamarca	Dinamarca	2014	Deve ser uma representação completa e precisa da atividade para que atesta; requer o estabelecimento de confiança na manutenção de registros e processos de arquivamento usados para gerenciar o registro ao longo de seu ciclo de vida, e a capacidade contínua de colocar o registro dentro de seu contexto operacional.	Autenticidade, Documento Arquivístico, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital, Presunção de Autenticidade, Confiabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

É importante reconhecer que certas condições ou requisitos de autenticidade, de acordo com Duranti (2005), durante o processo de avaliação do documento e de que tal processo de avaliação requer a compreensão de conceitos, como os de documento arquivístico e de autenticidade, capazes de garantir sua identidade e integridade; além de produzir regras que determinem a responsabilidade e os meios de sua autenticação em similaridade com os procedimentos estabelecidos para o documento em papel.

A partir do Quadro 9 - Comparativo com Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais do CONARQ (2012) foram apresentadas as políticas que estabelecem conceitos e padrões em relação a autenticidade; nesse sentido, o resultado da análise pode ser apresentado da seguinte forma:

Gráfico 4 – Abordagem de Autenticidade



Fonte: Elaborado pela autora em 2022.

A partir do resultado da análise se percebe que se faz necessário a implantação de políticas de preservação digital, e torná-las acessível publicamente, podemos identificar os requisitos de autenticidade que são contemplados seguindo as recomendações e diretrizes:

a) Ao abordar o conceito de Autenticidade em relação à criação, alteração, corrompimento e adulteração, e que possuem as características de Identidade e Integridade, todas as políticas analisadas se baseiam nesse conceito. A Universidade de Federal de São Carlos (UFSCar), inclui na sua abordagem o conceito de direito autoral como requisito de autenticidade;

b) Na abordagem de Autenticação, somente 4 (quatro) políticas incluem sistemas de autenticação, como a assinatura e/ou certificado digital que garante, de acordo com as políticas, apenas uma parte da autenticidade, ou seja, a integridade do documento, não sendo estratégia capaz de assegurar a confiabilidade, a autenticidade e a acessibilidade do documento arquivístico digital;

c) O Documento Autêntico como documento que teve sua identidade e integridade mantidas ao longo do tempo foram abordados em 7 (sete) políticas, assegurando que o registro destes documentos são confiáveis que garantem que o documento não é manipulado, alterado ou falsificado;

d) Os conceitos de Documento Arquivístico, Documento Digital, Documento Arquivístico Digital se interconectam na abordagem das políticas; 13 (treze) políticas

apresentam como abordagem o Documento Digital embora façam uso de outros termos como pode ser observado no Quadro 4; dentre estas foi possível identificar durante a análise que 7 (sete) abordam o conceito de Documento Arquivístico, e em 7 (sete) se identificou o conceito de Documento Arquivístico Digital como pode ser observado no Quadro 9;

e) Em relação à abordagem da Forma, apenas 4 (quatro) diferenciam a aparência ou comportamento do documento digital e sua capacidade de migração para novas versões ao arquivo original;

f) A abordagem da informação contida no documento é encontrada em 9 (nove) políticas; o Conteúdo de acordo com estas políticas devem ser documentados e descritos, assim como as informações descritivas: autor, destinatário, produtor, data de criação, data de recebimento, âmbito e conteúdo, código de referência original, título e dimensão;

g) Relacionadas à forma e conteúdo do documento digital, foram encontradas na análise 9 (nove) políticas em que a Composição pode ser identificada; a abordagem se identifica junto com a de documento digital e não é sinalizada no texto das políticas, mas foi possível identificar durante a análise;

h) A Presunção de Autenticidade como inferência da autenticidade de um documento é abordada em 7 (sete) políticas, ela se apresenta juntamente com os conceitos de documento autêntico e documento arquivístico;

i) No que se refere à Confiabilidade, o conceito se mistura com o de autenticidade (identidade e integridade), 12 (doze) políticas abordam a importância do registro do processo de produção do documento digital enfatizando o valor probatório dos documentos arquivísticos digitais.

Após análise dos dados fica claro que é necessário um avanço no estudo desta temática, o estabelecimento de diretrizes para os critérios de criação de uma política de preservação digital baseada em normas, leis e decretos é fundamental para a preservação, armazenamento e acesso de documentos digitais.

A preocupação com a preservação dos documentos digitais em longo prazo deve sempre levar em consideração o impacto das mudanças tecnológicas como o armazenamento e formato de dados, nesse sentido os repositórios digitais possuem um papel significativo na construção de um espaço arquivístico digital que seja responsável pela guarda confiável de documentos digitais.

O papel da instituição arquivística amplia-se quando colocado sob a perspectiva da cultura, pois o arquivo delineado atende não só a administração e aos direitos individuais (informação e prova), como também a sociedade como um todo.

Ao fazer preservação digital não estamos nos preocupando somente em atender aos interesses imediatos do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas nos assegurando de que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente preservados. Aliado ao direito à informação está o direito à memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivo guarda a memória social da comunidade e seus documentos fazem parte do patrimônio em todas as esferas; o arquivo, enquanto instituição e fonte de informação, que constitui local de memória, se apresenta como patrimônio da sociedade, além de ter sob sua custódia, não só documentos administrativos, mas obras literárias e produções científicas.

Compreender que a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital é essencial para perpetuação do conhecimento, é um componente para a compreensão da sociedade.

As informações, independente do formato, sejam imagens, vídeos, documentos, monumentos entre outros, compõem vestígios do passado representando a memória humana.

A preservação do documento Arquivístico Digital deve estar agregada a Gestão Documental no sentido de salvaguardar o valor que os documentos possuem. Seu conceito deve incluir disponibilidade, confidencialidade e integridade que se aplicam a todos os aspectos de proteção da informação e do conhecimento.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa, analisar políticas de preservação voltadas aos documentos natos digitais no que se refere à autenticidade e seu cumprimento às diretrizes estabelecidas pelo Conarq e Arquivo Nacional foi alcançado.

A responsabilidade de garantir a autenticidade dos documentos natos digitais é imprescindível, pois preservar os documentos arquivísticos é preservar o conhecimento registrado, embora muitas vezes este conhecimento não esteja sendo aproveitado devido às ausências de práticas de gestão do conhecimento ou ao desconhecimento do potencial dos arquivos.

As análises apresentadas foram baseadas na coleta de dados bibliográfica e na análise documental das políticas de preservação digital, se buscou compreender como as instituições estão estabelecendo diretrizes e critérios voltadas a autenticidade.

Ao identificar as publicações voltadas às políticas de preservação digital publicadas que tenham como base a autenticidade de documentos digitais para análise comparativa com as normativas se observou que a preservação digital requer procedimentos específicos e técnicas apropriadas; que há políticas que não atendem a todos os critérios estabelecidos pelos órgãos competentes na área, mas que podem vir a atender em futuras atualizações; que a utilização dos recursos tecnológicos para produção, disseminação e acesso aos documentos é fundamental para o acesso à informação, os documentos digitais são gerenciados e preservados por instituições que possuem diretrizes em que o foco de abordagem é voltado à área de tecnologia da informação e que não possuem o contexto dos documentos arquivístico, fato que pode levar à perda de autenticidade.

Para um pesquisador ter acesso a essas informações é importante garantir a autenticidade dos documentos natos digitais por meio de políticas. No entanto, é imprescindível que sua organização seja muito bem estudada e planejada, através desse trabalho possibilitará a preservação não somente das peças documentais, mas das informações que permitam a reconstrução da história.

Ao fazer preservação digital, não estamos nos preocupando somente em atender aos interesses imediatos e correntes do organismo produtor, de seus clientes ou usuários, mas nos assegurando de que os documentos indispensáveis à reconstituição do passado sejam definitivamente aproveitados. Aliado ao direito à informação, está o direito à memória.

REFERÊNCIAS

ARCHIVES NEW ZEALAND (NZ). **Declaration of Digital Preservation of Archives New Zealand**: Te Rua Mahara o te Kāwanatanga de 2020. Disponível em: https://www.archives.govt.nz/sites/default/files/Digital_Preservation_Strategy.pdf. PAR L. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARELLANO, M. A. Cariniana: uma rede nacional de preservação digital. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 41, n. 1, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1354>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARELLANO, M. A. **Preservação de documentos digitais**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/FLfgJvpH3PZKf3HbpKYchZr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARQUIVO DIGITAL DA FLÓRIDA (EUA). **Policy and Procedures Guide**. 2006. Disponível em: <https://docplayer.net/8758758-Florida-digital-archive-fda-policy-and-procedures-guide.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (BR). **Elaboração de Política de Preservação Digital**, 2019. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/COGED/Politica_presercacao_digital.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (BR). **Política de Preservação Digital**. Versão 2. 2016 Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41) Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2022.

ARQUIVOS DE CHESHIRE (UK). **Collecion Care and Concervation Policy**. Disponível em: cheshirearchives.org.uk. Acesso em: 30 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normalização**. 2014. Disponível em: abnt.org.br/normalizacao/o-que-e/o-que-e. Acesso em: 30 jun. 2022.

AUSTRALIA'S NATIONAL ARCHIVES (AU). **Digital Preservation Policy**. Disponível em: <https://www.naa.gov.au/about-us/our-organisation/accountability-and-reporting/archival-policy-and-planning/digital-preservation-policy>. Acesso em: 30 jun. 2022.

AUSTRALIA'S NATIONAL LIBRARY (AU). **Digital Preservation Policy 4Th edition**. 2013. Disponível em: <https://www.nla.gov.au/policy-and-planning/digital-preservation-policy>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BANACH M, SHEPHERD K, RUBINSTEIN A, Shelburne B, CANAVAN MJ, Yuan L. **University of Massachusetts Amherst Libraries Digital Preservation Policy**, 2011. Disponível em: <https://www.library.umass.edu/dmsdocument/144-digital-preservation-policy>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BEAGRIE, N. et al. **Digital preservation policies study**. Charles Beagrie Limited; 2008. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.214.9056&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados (BR). **Ato da mesa nº 48 de 16 jun 2012. Institui a Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados**. 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-48-16-julho-2012-773828-normaatualizada-cdmesa.pdf>. Acesso em: 30 jun. /2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à informação Pública: uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**, Brasília, DF, 2011.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Princípios, Regras e Instrumentos para o Governo Digital à Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**, Brasília, DF, 2021.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114129.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal de justiça do distrito federal e dos territórios. **Programa de gestão de arquivos**: planos de prevenção, conservação e emergência do complexo arquivístico do TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/gestao-do-conhecimento/gestao-documental/boas-praticas-de-gestao-documental/ProgramadeGestodeArquivosPlanosdePrevenoConservaoeEmergencia doComplexoArquivistico doTJDFT.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CITY OF LONDON (UK). **Digital Preservation Policy**. 2014. Disponível em: [extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.pensionsarchive.org.uk%2F90%2Ftext%2F141%2Ffiles%2Fdigital-preservation-policy.pdf&clen=99330&chunk=true](https://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.pensionsarchive.org.uk%2F90%2Ftext%2F141%2Ffiles%2Fdigital-preservation-policy.pdf&clen=99330&chunk=true). Acesso em: 30 jun. 2022.

COLÔMBIA (CO). **Diretrizes de uso de documentos eletrônicos de Bogotá**, 2020.

Disponível em: <https://secretariageneral.gov.co/transparencia/informacion-interes/PUBLICACION/guia-lineamientos-uso-documentos-electronicos-2020>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONNECTICUT STATE LIBRARY (EUA). **Recommendations of the State Librarian for Establishing Standards and Guidelines for the Preservation and Authentication of Electronic Documents**. 2012. Disponível em:

<https://ctstatelibrary.org/wp-content/uploads/2015/05/PA11-150StLibRec.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/PUBLICACOES/conarq_carta_preservacao_patrimonio_arquivistico_digital.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e correlata**. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/CONARQ_legarquivos_jan_2020_jun_2020_pdf.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais**, 2012. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/PUBLICACOES/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n. 37, de 19 de dezembro de 2012. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos**. DOU 12 dez 2012. Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DURANTI, L. **An Infrastructure for Truth Entrusting Digital Facts to Archival Theory**. In: ALA-ICA CONFERENCE, México, nov. 2017. Disponível em: <http://www.alaarchivos.org/wp-content/uploads/2017/12/Magistral-LucianaDuranti.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Trad. Adelina Novaes e Cruz. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n13, p.49-64, jan./jun. 1994. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contemporaneos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DURANTI, L. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPARES. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 5-18, jan./jun. 2005. Acesso em: 30 jun. 2022.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva. 2006. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74302802/FACHIN-Odilia-fundamentos-de-Metodologia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: Conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/prog_preservacao_digital_acervos_fiocruz.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

GARCIA, E. A. C. **Manual de Sistematização e Normalização de Documentos Técnicos**. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008. <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação digital na gestão da informação**: um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113727>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GRÁCIO, J. C. A. et al. Modelo para elaboração de políticas de preservação digital de documentos de arquivo por instituições de ensino superior: o caso da UNESP. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 563-579, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43728/2/6.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAM). **Apresentação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais**. 2001. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/PÚBLICAcao/SerPatExt_n3_m.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do Preservador**: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. TEAM Brasil. Tradução: Arquivo

Nacional e Câmara dos Deputados. 2002-2007. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet-portuguese.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do produtor a elaboração e a manutenção de materiais digitais**: diretrizes para indivíduos. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/PÚBLICAcões/diretrizes_produto_r_digital.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

INTERPARES Project. Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

INTERPARES TRUST. Disponível em: <https://interparestrust.org/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

LOUSADA, M. **A mediação da informação na Teoria Arquivística**. 2015. 135 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124379>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MANFRÉ, D. P. de S; SANTOS, C. A. C. M. dos. Preservação digital de documentos arquivísticos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBBB**, v. 13, n. especial, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/930>. Acesso em: 30 jun. 2022.

NATIONAL LIBRARY OF AUSTRALIA (AUS). **Digital Preservation Policy**, 4th edition; 2013. Disponível em: <https://www.nla.gov.au/policy-and-planning/digital-preservation-policy>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PARLIAMENTARY ARCHIVES (UK). **A digital preservation policy for parlimento**, 2009. Disponível em: <https://www.parliament.uk/globalassets/documents/upload/DigitalPreservationPolicy1.0.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ROUSSEAU, J; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Pt: Publicações Dom Quixote, 1998. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53343/2/amalheirorecensoes4rouseau000119259.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. As vulnerabilidades dos documentos digitais: Obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital. **Biblios - Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información**, n. 59, p. 45-54, 2015a. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/215/229>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 197-217, dez. 2015b. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2542>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de emulação. **Encontros Bibli: Revista eletrônica De Biblioteconomia e Ciência da informação**, 20(43), 3-19, 2015c. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20n43p3>. Acesso em: 30 jun. 2022.

- SANTOS, H. M.; FLORES, D. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015d. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/mNsCkHM77L7RMrNqj8L57XF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SANTOS, H. M.; FLORES, D. Um Diálogo entre arquivo, conhecimento e tecnologia. **Biblios**, 2015e, vol. 60. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2015.231>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SANTOS, M. R. S.; SAMPAIO, D. B. Normalização na prática: um breve relato sobre normalização e a experiência do grupo Normalizadores. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.151-165, 25 mar. 2014. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/64890/82238>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SANTOS, V. B. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p. 114-126, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/1357/1536> A SANTOS, V. B. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SHELDON, M. **Analysis of current digital preservation policies**: archives, libraries, and museums. Library of Congress/ National Digital Information Infrastructure and Preservation Program (NDIIPP); 2013. Disponível em: <http://www.digitalpreservation.gov/documents/Analysis%20of%20Current%20Digital%20Preservation%20Policies.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SIERMAN B, JONES C, ELSTRØM G. **Scape catalogue of preservation policy elements**. 2014. Disponível em: https://scape-project.eu/wp-content/uploads/2014/02/SCAPE_D13.2_KB_V1.0.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.
- STAFFORDSHIRE COUNT COUNCIL (UK). **Staffordshire Archives and Heritage Digital Preservation Policy**. Disponível em: <https://www.staffordshire.gov.uk/Heritage-and-archives/about/Policies/Staffordshire-Archives-and-Heritage-Digital-Preservation-Policy.aspx>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- SWISS FEDERAL ARCHIVING (CH). **Digital Archiving Policy**. 2019. Disponível em: https://www.bar.admin.ch/dam/bar/en/dokumente/konzepte_und_weisungen/policy_digital_archivierung.pdf.download.pdf/digital_archivingpolicy.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.
- TOGNOLI, N. B. **A construção teórica da Diplomática**: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Acesso em: 30 jun. 2022.
- UFRGS. **Política de preservação de acervos digitais da UFRGS**. 2021. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/politica-de-preservacao-digital-1/view>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- UFRN. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Resolução n. 59, de 13 de abril de 2010. Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/documentos/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

UFSCar. **Política do Repositório Institucional da UFSCar**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/static/2016-Politica.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

UK DATA ARCHIVE (UK). **Preservation Policy**. 2022. Disponível em: [extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fdam.data-archive.ac.uk%2Fcontrolled%2Fcd062-preservationpolicy.pdf&cLen=1110161&chunk=true](https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fdam.data-archive.ac.uk%2Fcontrolled%2Fcd062-preservationpolicy.pdf&cLen=1110161&chunk=true). Acesso em: 30 jun. 2022.

UNB. **Resolução n. 101, de 09 de outubro de 2013**. Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB). Disponível em: http://repositorio.unb.br/documentos/Resolucao_da_Politica_de_Informacao_do_RIUnB.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

UNESCO. **Recomendación relativa a la preservación del patrimonio documental, comprendido el patrimonio digital, y el acceso al mismo**. 2015. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=49358&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 30 jun. 2022.

UNESP. **Política de preservação digital para documentos de arquivo da Unesp**; São Paulo; 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cppd/politica-de-preservacao-digital-para-documentos-de-arquivo-da-unesp-v-1.0.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VARGAS, G. M. **Estudos básicos sobre normalização: origem, conceitos e organismos reguladores**. 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6391343-Estudos-basicos-sobre-normalizacao-origem-conceitos-e-organismos-reguladores.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

VIANA, G. F. R. **Os documentos arquivísticos digitais no sistema de informações SIE/UFSPM: da produção ao acesso**. 2015. 139f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/cathedra/18-09-2015/000850474.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

YALE UNIVERSITY LIBRARY (EUA). **Yale University Library's Digital Preservation Policy Framework**; 2014. Disponível em: https://guides.library.yale.edu/ld.php?content_id=26251943. Acesso em: 30 jun. 2022.